

O futuro, hoje



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Não dei sorte. Sonhei e me preparei para votar, quando entrei na maioria, a favor do famoso slogan JK65, para entregar novo mandato ao presidente Juscelino Kubitschek, que havia promovido revolução pacífica no Brasil. Abriu estradas, construiu hidrelétricas, implantou a indústria automobilística, ergueu Brasília e transferiu a capital para o centro do país. Ele prometia mais cinco anos de prosperidade. O sonho durou pouco. Os militares assumiram o governo em 1964, anunciaram a cassação de vários políticos — entre eles, JK. Nos primeiros momentos, o primeiro presidente militar, Castello Branco, prorrogou seu mandato por um ano para respeitar o calendário eleitoral. Mas o processo desandou, e os militares, de todos os quartéis e níveis hierárquicos, se julgaram capazes de governar o país.

A confusão política, que já era grande, aumentou. O general Costa e Silva, uma espécie de sargento, era ministro da Guerra e anunciou que seria o próximo presidente da República. Acertou. Fui, como repórter, cobrir sua festa de diplomação, realizada no salão vermelho do Hotel Nacional. Essa festa não existe mais. Ninguém comemora a diplomação. Naquela época, era importante demonstrar que o nome do dirigente havia sido digerido pelos tribunais eleitorais. Coquetel farto. Os integrantes do antigo governo compareceram e permaneceram por

cerca de meia hora. O novo presidente ficou ali se divertindo com os convidados e assaltando as ilhas de comidas e bebidas. Determinado momento, as pessoas começaram a sair. Mas o presidente permaneceu no local. Então, os diplomatas, atentos para não deixar o salão ficar vazio, chamaram as meninas que ficavam na porta do hotel para agradecer os hóspedes. Elas entraram, comeram, beberam e tiraram fotos ao lado do novo presidente, visivelmente alcoolizado. Percebi, naquele momento, que o governo não poderia dar certo.

Foi no governo Costa e Silva que surgiu o famigerado Ato Institucional número 5, que permitiu a prisão sem culpa formada, acabou com o habeas corpus, impôs censura à imprensa e começou a tortura nas cadeias do regime. A mística do brasileiro cordial acabou. Aos montes, brasileiros fugiram para o exterior. E lá não tinham apoio das embaixadas brasileiras. Ao contrário, em Paris, os brasileiros que buscavam algum contato com os serviços diplomáticos eram presos ou denunciados à polícia local. Um médico exilado há anos na França conseguiu retornar ao Brasil como se fosse repórter de jornal. Era o disfarce necessário para ele conseguir entrar no país e retornar a sua cidade no Nordeste. Está lá até hoje, clinicando discretamente.

Chefiava em Brasília a redação de uma revista semanal quando Vladimir Herzog foi preso e assassinado em São Paulo, em outubro de 1975. O editor-chefe me telefonou por volta das quatro da manhã para dizer que Vlado tinha morrido nas masmorras do Doi-Codi, na Rua Tutoia. Acordei o porta-voz do governo na madrugada. Humberto Barreto não gostou: “Você me acorda para desmentir boato?”

Pouco depois, ele me telefonou de volta para confirmar a morte e passar instruções do

governo para a redação de Brasília e de São Paulo sobre como reagir ao que tinha ocorrido. Pouco tempo depois, uma repórter, colega em Brasília, estava voltando para sua casa, noite alta, quando foi interceptada e levada algemada no camburão diretamente para a Rua Tutoia, em São Paulo. Ficou presa durante bom tempo, sem culpa formada. Fui até lá levar objetos de higiene pessoal para ela, que as colegas da redação coletaram. Quis ter informações sobre a prisioneira e recebi desaforos do oficial responsável: “Se você não sair daqui agora, vai ser recolhido”, rugiu.

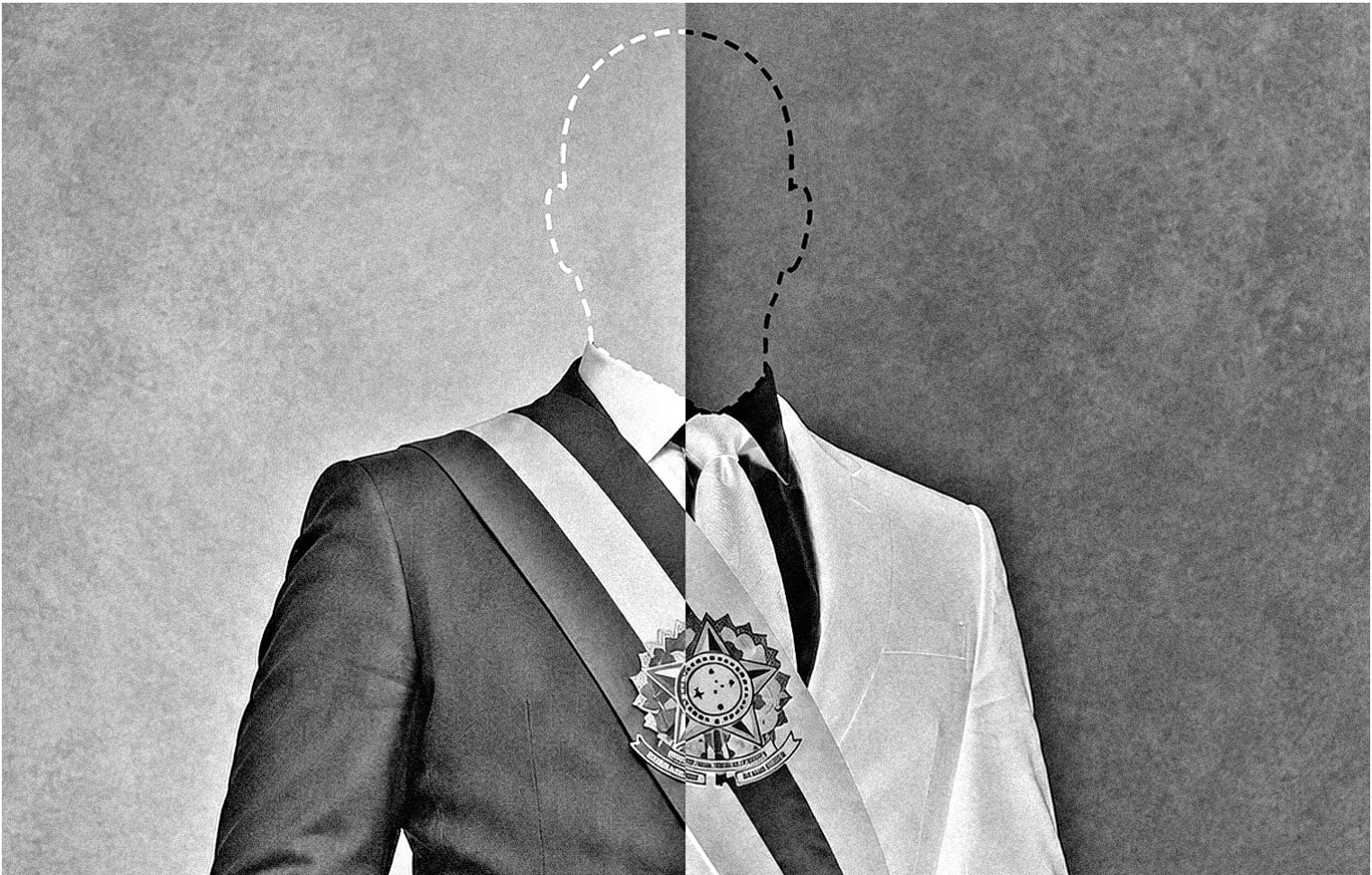
Esse Brasil existiu. Vivi essas circunstâncias como jornalista. Colega nosso foi preso em Brasília, amarrado numa árvore e submetido a simulação de fuzilamento. Ninguém estava protegido do governo fanático e ditatorial. Somente após a anistia em 1979, o ambiente principiou a ficar mais leve. Depois, com a eleição, pelo Colégio Eleitoral, de Tancredo Neves, o país se encaminhou para retornar às práticas democráticas.

O último representante dessa geração é o presidente Lula. Ele é metalúrgico, profissão que surgiu quando a indústria automobilística se estabeleceu no país. Lula, o metalúrgico, é filho do período JK. Flavio Bolsonaro é descendente direto dos governos militares, sempre elogiados por seu pai, Jair, que enalteceu a tortura. Não economizou elogios ao coronel Brilhante Ustra, já falecido, que massacrara muita gente na sua prisão. O então presidente ironizou os brasileiros que queriam tomar vacina contra a covid-19.

A eleição de amanhã não se limita à escola de nomes. Ela define o caminho do país nos próximos tempos. O desafio colocado diante do brasileiro é a escolha de seu futuro. Simples assim.

Vote bem.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Educação antirracista e de matriz plural é dever do Estado



» BEETHOVEN ANDRADE
Advogado, presidente da Comissão da Integração Racial da OAB/DF

Educação brasileira, historicamente forjada sob a égide do eurocentrismo, tem operado um silenciamento sistemático de outras matrizes que compõem a sociedade na própria base: a africana e a indígena. Esse fenômeno, que o pensamento decolonial identifica como epistemicídio, não apenas empobrece o currículo, mas perpetua estruturas de exclusão e desumanização.

Nesse cenário, as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 surgem não como meras concessões políticas, mas como imperativos de reparação histórica e justiça cognitiva. Elas determinam, respectivamente, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todo o currículo escolar, convocando áreas como a filosofia a repensarem seus cânones e suas práticas.

A implementação efetiva dessas diretrizes exige o enfrentamento direto ao racismo religioso e ao preconceito epistêmico, que frequentemente reduzem saberes civilizatórios complexos à categoria de “crença” ou “folclore”. Mediante a análise da legislação em vigor e das diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), almeja-se evidenciar que a valorização dessas matrizes constitui o único percurso para a concretização de uma educação efetivamente democrática, laica e antirracista.

Para que a práxis pedagógica seja efetiva, é imperativo que o/a docente desconstrua a semântica da opressão. Frequentemente, as agressões às tradições de matriz africana são rotuladas como “intolerância religiosa”. Todavia, esse termo é insuficiente, pois sugere um conflito paritário entre dogmas. O que se observa no Brasil é o racismo religioso, uma extensão do racismo estrutural que visa a aniquilação de um patrimônio cultural e humano.

Em relação à religiosidade de matriz africana, um exemplo nítido dessa presença e resistência é a celebração do dia 2 de fevereiro, dedicado a Iemanjá, a “Rainha do Mar”. Embora seja uma das festas populares mais emblemáticas do país, unindo o sagrado ao espaço público, ela não está imune às tentativas de demonização e apagamento que buscam dissociar a divindade de sua origem africana, reduzindo-a ao folclore ou atacando sua legitimidade enquanto saber constituinte.

Essa tentativa de apagamento não é um fato isolado, mas parte de um ataque sistemático ao legado civilizatório herdado e em vigência a partir da diáspora, uma prática que se mantém por meio do “apagamento cultural” (tentativa de ocidentalizar elementos africanos, como o “acarajé de Jesus”) e da “demonização” da origem negra. Diferentemente de outras culturas, onde elementos exóticos são absorvidos sem resistência ética (como a culinária asiática), as tradições de matriz africana enfrentam ódio sistemático que busca esvaziar seu lugar político.

A educação antirracista confronta a “resistência reacionária” na escola. O caso da Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) Antônio Bento, em São Paulo, alvo de ação policial por murais pró-cultura africana, revela que a

censura ao currículo democrático nasce do racismo religioso, e não de preocupação pedagógica. Diante desses conflitos, a escola deve se firmar nos pilares da legalidade, do rigor acadêmico e da proteção institucional.

O enfrentamento institucional de resistências ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena deve ser pautado pela legalidade e pelo esclarecimento. A base para tal ação reside nas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que estabelecem essa temática como um dever de Estado, e não uma opção ideológica do/a docente. A gestão escolar deve comunicar que a liberdade de cátedra, constitucionalmente assegurada, é o instrumento legal que garante ao/a professor/a que seja feita — por meios pedagógicos — a divulgação dessa cultura, sem perseguições de natureza confessional, desmistificando a acusação de “doutrinação”.

É imperativo realçar o legado civilizatório e acadêmico das culturas africana e indígena. A análise de rituais, símbolos ou divindades sob as perspectivas da história, da arte ou da filosofia constitui um estudo do patrimônio imaterial da humanidade. No contexto do ensino religioso laico, o enfoque reside na dimensão informativa e ética, visando à promoção da convivência plural e do respeito à alteridade, distanciando-se categoricamente de quaisquer práticas de proselitismo ou catequese.

Se a resistência ao cumprimento da legislação vigente virar hostilidade ou censura, a escola deve identificar o racismo religioso. A proteção institucional é crucial: o ambiente escolar laico combate preconceitos estruturais. Ceder a pressões para silenciar temas africanos ou indígenas é compactuar com o apagamento histórico que a lei busca reverter.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O que as escolas deixaram de ensinar

Em setembro, a OCDE divulgou os resultados do Pisa 2025. O Brasil marcou 377 pontos em matemática, 408 em leitura e 409 em ciências, abaixo da média da organização nas três áreas, que, em matemática, é de 463 pontos.

Ficamos em 71º lugar em matemática, 67º em ciências e 52º em leitura entre os países com resultados comparáveis. Em ciências, apenas cerca de 48% dos nossos estudantes de 15 anos alcançam o nível básico de proficiência; na média da OCDE, são 74%. Em leitura, só 1% chega aos níveis mais altos, contra 6% da média dos países ricos.

Lamento, promessas, mais um plano. Os dados são conhecidos e, a cada edição, produzem o mesmo ritual. Raramente se faz a pergunta de fundo: o que, exatamente, a escola brasileira tem feito com as horas que passa com os nossos filhos? Se o resultado é esse, talvez o problema não esteja apenas nos meios, mas nos fins.

Panorama

Em 2022, a OCDE estimou que os estudantes de Singapura, líder do ranking, estavam de três a cinco anos de escolaridade à frente da média dos países-membros. Uma geração que saiu da escola sem dominar leitura e matemática chega ao mercado de trabalho e à vida pública com menos ferramentas para entender contratos, números, notícias e argumentos, inclusive para perceber quando está sendo persuadida em vez de informada. Onde a escola não ensina, sobra a dependência.

Novos tempos

É essa a pergunta que o engenheiro e professor francês Pascal Bernardin propõe em *Maquiavel pedagogo, ou o ministério da reforma psicológica*, publicado na França em 1995 e traduzido no Brasil em 2013. Sua tese é que, ao longo das últimas décadas, reformas educacionais conduzidas de forma discreta, por meio de organismos internacionais e redes de especialistas, deslocaram o objetivo da escola. Em vez de transmitir conhecimentos, a escola passaria a modificar atitudes, valores e comportamentos dos alunos, com técnicas de dinâmica de grupo e de psicologia comportamental aplicadas sem debate público e, muitas vezes, sem o conhecimento dos pais. A criança deixa de ser alguém a instruir e se torna matéria a moldar.

Do avesso

Segundo Bernardin, o método depende de um vocabulário técnico e simpático, feito de “competências”, “habilidades”, “inovação” e “protagonismo”, que torna a crítica difícil: quem questiona passa por atrasado ou autoritário. A reforma avança precisamente porque soa como progresso, e a pergunta sobre o que se pretende fazer com os alunos raramente chega a ser formulada. O título não é casual. O “Maquiavel” do livro é o pedagogo que, como o príncipe, julga que os fins justificam os meios e, por isso, esconde os fins.

Asas ou correntes?

Quem aceita a tese enxerga uma coerência inquietante: se a escola é, antes de tudo, instrumento de transformação, o conteúdo deixa de ser o fim e vira pretexto. Ler com fluência, calcular com precisão e argumentar com rigor passam a ocupar lugar secundário diante da tarefa de “conscientizar”. A leitura de Bernardin dialoga com duas tradições. A primeira é a de Antonio Gramsci, para quem a transformação social depende menos da tomada imediata do poder do que da conquista da hegemonia cultural, e para quem a escola, ao lado da imprensa e da Igreja, é uma trincheira decisiva. A segunda é a da Escola de Frankfurt e de sua teoria crítica, que tomou a cultura e a educação como terrenos de desconstrução da ordem social vigente.

Quem pode

Há ainda uma questão de justiça. As famílias de renda mais alta compensam as falhas da escola com colégios seletivos, aulas particulares, livros e viagens; os mais pobres dependem exclusivamente da escola pública. Por isso, qualquer desvio do foco no conteúdo é regressivo: aprofunda a desigualdade em nome de combatê-la. Não é um dado menor que, entre 2022 e 2025, tenha aumentado no Brasil a distância em matemática entre os 10% de estudantes com as melhores notas e os 10% com as piores. Quem tem alternativas aprende apesar da escola; quem não tem aprende só o que a escola ensina.

Deveria ser

Educar é, antes de tudo, introduzir as novas gerações no patrimônio de conhecimento que a humanidade acumulou, para que possam compreendê-lo, criticá-lo e, se for o caso, superá-lo. Isso exige alfabetização sólida nos primeiros anos, matemática ensinada com método, língua portuguesa dominada, história e ciências ensinadas como saber, e não como militância. Exige professores com autoridade intelectual, alunos a quem se pede esforço e famílias tratadas como as primeiras responsáveis pela formação moral dos filhos. Uma escola que informa e ensina a pensar forma cidadãos livres; uma escola que conduz o pensamento a conclusões previamente escolhidas forma militantes, quaisquer que sejam as conclusões.

A frase que foi pronunciada:

"Preparamos as crianças para aprender a aprender, não para fazer uma prova."

Pasi Sahlberg

História de Brasília

As pessoas que procuram a Coletoria Federal de Brasília reclamam que há poucos funcionários para o trabalho. A averbação de contratos ou recibos é feita rapidamente, mas, às vezes, os funcionários ficam presos a leituras de longos contratos, em prejuízo do funcionamento mais rápido do serviço. (Publicada em 27/5/1962)